

**EDUCAÇÃO E IMUNIZAÇÃO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA
VACINAÇÃO E DA CONSCIÊNCIA EM SAÚDE COLETIVA**

**EDUCATION AND IMMUNIZATION: THE SCHOOL AS A SPACE FOR PROMOTING
VACCINATION AND AWARENESS IN COLLECTIVE HEALTH**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-052>

Cynthia Kelly Silveira Fernandes

Mestra em Saúde da Família

Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família – RENASF/URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro do Norte – SESAU, Brasil

E-mail: cynthiakellysf@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3510570058600413>

Aldenir Raimundo Oliveira dos Santos

Especialista em Gestão Escolar

Centro Universitário Faveni – UNIFAVENI, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação do Crato/CE, Brasil

E-mail: aldenir.pele@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9006022942018667>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7839-5091>

Monycke Alves Calixto de Lima

Especialista em Políticas Públicas em Saúde Coletiva

Universidade Regional do Cariri - URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro do Norte – SESAU, Brasil

E-mail: monyckealvesclima@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0033097693385840>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4180-1816>

Marli Otilia dos Santos

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: marlysantos_28@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6214605539721605>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6125-3677>

Cilianne Édila Leandro de Sousa

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: dra.ciliannenefro@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7421301624388108>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6465-5524>

Adriana Romão Moreira de Souza

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: drcapsicologa10@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9634906436581707>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1883-9608>

José Evantuil de Sousa

Especialista em História e Sociologia

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil

E-mail: jose.sousa34@prof.ce.gov.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4154514547426363>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9408-4203>

Gessica Ângelo dos Santos

Mestra em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: gessicangelo@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0118332417285328>

Marta Coelho Bezerra Dantas

Mestra em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: martha_30jpeg@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5688263542829028>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1679-408X>

RESUMO

O presente estudo analisa o papel da escola pública como espaço estratégico para a promoção da vacinação e para a construção de uma consciência crítica em saúde coletiva no contexto brasileiro contemporâneo. A pesquisa parte do reconhecimento de que a redução das coberturas vacinais observada nos últimos anos está relacionada a múltiplos fatores, entre os quais se destacam a disseminação de desinformação, a fragilização da confiança social nas instituições científicas e sanitárias e as persistentes desigualdades de acesso às políticas públicas. Nesse cenário, discute-se a importância da articulação entre educação e saúde como estratégia para fortalecer a cultura da imunização e ampliar a compreensão social sobre o caráter coletivo da proteção vacinal. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma análise teórica fundamentada em literatura acadêmica, documentos institucionais e políticas públicas relacionadas à saúde e à educação. Os resultados indicam que a escola, ao promover práticas pedagógicas voltadas ao letramento científico e à cidadania, pode contribuir significativamente para o enfrentamento da desinformação e para o fortalecimento das ações de prevenção em saúde. Conclui-se que integrar educação e saúde constitui

caminho essencial para consolidar políticas de cuidado coletivo e para promover sociedades mais informadas, solidárias e comprometidas com a defesa da vida.

Palavras-chave: Vacinação; Saúde coletiva; Educação pública; Cidadania.

ABSTRACT

This study analyzes the role of public schools as strategic spaces for promoting vaccination and fostering critical awareness in public health within the contemporary Brazilian context. The research is grounded in the understanding that the recent decline in vaccination coverage is associated with multiple factors, including the spread of misinformation, the weakening of public trust in scientific and health institutions, and persistent inequalities in access to public policies. In this scenario, the study discusses the importance of strengthening the relationship between education and health as a way to reinforce the culture of immunization and expand social understanding of the collective dimension of vaccination. Methodologically, the research is characterized as a theoretical analysis based on academic literature, institutional documents, and public policies related to health and education. The findings indicate that schools, by promoting educational practices focused on scientific literacy and civic engagement, can contribute to combating misinformation and strengthening preventive health actions. The study concludes that integrating education and health is essential to promote collective care policies and to foster more informed, supportive, and socially responsible communities.

Keywords: Vaccination; Public health; Public education; Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os avanços da ciência e da medicina proporcionaram significativos ganhos no campo da saúde pública, sobretudo por meio dos programas de imunização, responsáveis pela erradicação e controle de diversas doenças infectocontagiosas que, no passado, ceifaram milhões de vidas. Entretanto, de maneira paradoxal, o Brasil enfrenta nos tempos atuais um retrocesso preocupante nas taxas de cobertura vacinal, fenômeno que ameaça conquistas históricas do Sistema Único de Saúde (SUS) e coloca em risco a saúde coletiva, especialmente de crianças e adolescentes. Essa problemática não pode ser compreendida de forma isolada, pois dialoga diretamente com questões estruturais, sociais, políticas, econômicas e educacionais que atravessam a sociedade brasileira contemporânea (Domingues et al., 2022; Opas, 2022).

Neste cenário, destaca-se a escola pública como espaço estratégico e privilegiado para o desenvolvimento de ações integradas de promoção da saúde, educação sanitária e fortalecimento da cultura

vacinal. A escola, enquanto instituição social responsável não apenas pela transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também pela formação cidadã e pelo desenvolvimento integral dos sujeitos, assume papel central na articulação entre educação e saúde, contribuindo de forma decisiva para a construção de práticas educativas orientadas à prevenção de doenças e à promoção da saúde coletiva (Brasil, 2021; Campos; Franco, 2022).

A emergência de movimentos antivacina, alimentados pela disseminação massiva de desinformação e notícias falsas, representa um dos principais desafios contemporâneos para a saúde pública. Segundo Lopes, Almeida e Santos (2021), a desinformação científica, impulsionada pelas redes sociais e por determinados discursos negacionistas, tem contribuído para o enfraquecimento da confiança nas vacinas, colocando em risco não apenas indivíduos, mas toda a coletividade. Nesse contexto, torna-se imperativo que a escola assuma uma postura ativa na promoção de uma educação crítica, científica e socialmente comprometida, capaz de desconstruir mitos, combater as fake news e fomentar práticas sociais alinhadas ao bem comum.

Além disso, é imprescindível reconhecer que a vacinação, enquanto direito social e dever coletivo, não se limita a uma ação biomédica. Trata-se de uma prática profundamente atravessada por dimensões éticas, culturais, históricas e políticas, que demanda um olhar intersetorial e uma atuação conjunta entre os setores da saúde, da educação e da assistência social (Schraiber; Mendes-Gonçalves, 2020). A escola pública, neste sentido, surge como um território de diálogo, de construção coletiva de saberes e de mobilização social em prol da vida, da saúde e da cidadania.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo central discutir a importância da educação básica pública na promoção da vacinação e na formação da consciência em saúde coletiva, analisando as potencialidades da escola como agente de transformação social, de enfrentamento às desigualdades em saúde e de fortalecimento das práticas de cuidado e prevenção. Para tanto, realiza-se uma análise teórica fundamentada em documentos oficiais, dados epidemiológicos recentes e referencial acadêmico contemporâneo, considerando a realidade brasileira atual, marcada por desafios sanitários, sociais e educacionais, que exigem respostas integradas, críticas e comprometidas com os direitos humanos e com a justiça social.

2 A IMUNIZAÇÃO COMO DIREITO COLETIVO E ESTRATÉGIA DE SAÚDE PÚBLICA

A imunização constitui uma das mais bem-sucedidas estratégias de saúde pública na história da humanidade, sendo responsável pela erradicação, controle e significativa redução da incidência de doenças imunopreveníveis, como poliomielite, sarampo, rubéola e tétano. Trata-se de uma ação que transcende a esfera individual, assumindo caráter eminentemente coletivo, uma vez que protege não apenas o sujeito

vacinado, mas toda a comunidade, especialmente os grupos mais vulneráveis, que, por razões médicas, não podem ser imunizados (Opas, 2022; Brasil, 2023).

Sob a ótica jurídico-política, a imunização configura-se como um direito fundamental, intrinsecamente vinculado aos princípios constitucionais que regem o direito à saúde no Brasil. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 196, estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos” (Brasil, 1988, p. 115). Portanto, o acesso universal e equânime às vacinas não é apenas uma ação sanitária, mas uma obrigação do Estado e um direito inalienável da população.

De acordo com Schraiber e Mendes-Gonçalves (2020), a imunização deve ser compreendida como parte integrante das ações de saúde coletiva, na medida em que promove não só a proteção biológica contra doenças, mas também a redução das desigualdades em saúde, refletindo diretamente sobre os indicadores de morbimortalidade, qualidade de vida e desenvolvimento social. Nesse sentido, a vacinação ultrapassa os limites do setor saúde, estabelecendo-se como um determinante social, essencial para a garantia de condições dignas de vida.

No entanto, apesar de sua eficácia comprovada, o Brasil enfrenta, nos últimos anos, uma preocupante queda nas coberturas vacinais, situação que vem sendo agravada por múltiplos fatores, entre os quais se destacam o avanço dos discursos negacionistas, a proliferação de desinformação, o enfraquecimento das campanhas públicas de imunização e, sobretudo, as profundas desigualdades socioeconômicas que limitam o acesso de parcelas significativas da população aos serviços básicos de saúde (Domingues et al., 2022; Lopes; Almeida; Santos, 2021).

Dados oficiais do Ministério da Saúde (Brasil, 2023) indicam que, desde 2016, as coberturas vacinais vêm apresentando índices abaixo dos 90%, percentual considerado insuficiente para garantir a chamada imunidade coletiva — conceito central para a eficácia das estratégias de vacinação em larga escala. A imunidade coletiva, ou de rebanho, ocorre quando uma alta proporção da população está imunizada, interrompendo a cadeia de transmissão dos agentes infecciosos e, consequentemente, protegendo os indivíduos não vacinados, como recém-nascidos, pessoas imunocomprometidas e aqueles com contraindicações clínicas.

Diante desse contexto, a imunização assume uma dupla função social: por um lado, atua como mecanismo de proteção individual e coletiva contra doenças; por outro, constitui instrumento de fortalecimento dos direitos sociais, especialmente quando implementada de forma gratuita, universal e acessível, como preconiza o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Domingues et al. (2022), a efetividade das campanhas de vacinação está diretamente vinculada à confiança da população nas instituições públicas, na ciência e nos profissionais de saúde, o que reforça a necessidade de estratégias

educativas contínuas, que dialoguem com as especificidades culturais, territoriais e sociais dos diversos grupos populacionais.

Portanto, defender a vacinação como um direito coletivo não é apenas um imperativo sanitário, mas também um compromisso ético, político e social, que demanda o fortalecimento das políticas públicas, o combate incessante à desinformação e a construção de uma cultura de cuidado, solidariedade e responsabilidade compartilhada. Neste cenário, a articulação entre os setores da saúde e da educação revela-se não apenas necessária, mas estratégica, uma vez que a escola se configura como espaço privilegiado para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, comprometidos com a promoção da saúde e com a construção de uma sociedade mais justa, equânime e saudável.

3 EDUCAÇÃO, SAÚDE E INTERSETORIALIDADE: CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA VACINAÇÃO

A intersectorialidade configura-se, no âmbito das políticas públicas brasileiras, como um princípio fundamental para a efetivação dos direitos sociais, especialmente no que tange às áreas da saúde e da educação. Trata-se de um conceito que transcende a simples colaboração entre setores, demandando a construção de práticas integradas, dialógicas e corresponsáveis, capazes de enfrentar, de forma efetiva, os determinantes sociais que impactam diretamente na vida da população (Schraiber; Mendes-Gonçalves, 2020).

No contexto específico da promoção da vacinação, a intersectorialidade se apresenta não apenas como uma diretriz metodológica, mas como uma necessidade ética, política e social. A complexidade dos desafios contemporâneos, como o avanço das fake news, a desinformação sobre imunização, a desconfiança nas instituições públicas e o crescimento dos movimentos antivacina, exige respostas que ultrapassem as fronteiras disciplinares e setoriais. Nesse sentido, a articulação entre educação e saúde torna-se estratégica, potencializando ações que vão além da lógica assistencial, promovendo, de fato, a cidadania e a saúde coletiva (Brasil, 2021; Domingues et al., 2022).

A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização, construção de saberes e formação cidadã, assume papel central nesse processo. Ela não se limita a ser um ambiente de ensino formal, mas se constitui como território de proteção social, cuidado, desenvolvimento humano e mobilização comunitária. Ao incorporar em seu cotidiano práticas educativas voltadas à promoção da saúde, especialmente no que diz respeito à imunização, a escola contribui diretamente para o fortalecimento de uma cultura de prevenção, cuidado e responsabilidade social (Campos; Franco, 2022).

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007 pelo Decreto nº 6.286/2007, representa uma política pública concreta que materializa essa intersectorialidade, promovendo a integração entre as redes de ensino e de atenção básica à saúde. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2021), o PSE tem como objetivo

desenvolver ações de promoção, prevenção e atenção à saúde dos estudantes da educação básica pública, com ênfase na promoção de práticas saudáveis e na melhoria da qualidade de vida.

Dentre as ações previstas no PSE, destaca-se a promoção da vacinação, que não se restringe à aplicação das vacinas, mas envolve também atividades educativas, rodas de conversa, campanhas de conscientização, palestras, oficinas e formação continuada para professores, alunos e familiares. Essa abordagem amplia o escopo da imunização, situando-a como prática educativa, social e cultural, e não apenas biomédica.

Além disso, é fundamental compreender que os desafios à adesão vacinal não se originam exclusivamente na desinformação, mas também nas desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira. Barreiras como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, ausência de transporte, insegurança alimentar, baixa escolarização e processos de exclusão social impactam diretamente na capacidade das famílias de manterem seus esquemas vacinais atualizados (Opas, 2022). A escola, neste cenário, pode e deve atuar como ponte entre a comunidade e os serviços públicos, contribuindo para a superação desses obstáculos.

Para que essa articulação seja efetiva, é imprescindível que as instituições de ensino e as unidades de saúde atuem de maneira colaborativa, construindo planos de ação integrados, alinhados às realidades locais e às especificidades dos territórios. Schraiber e Mendes-Gonçalves (2020) destacam que a intersectorialidade eficaz pressupõe não apenas a soma de esforços, mas a construção de práticas coletivas, onde saberes, responsabilidades e recursos sejam compartilhados de forma equânime e democrática.

Nesse sentido, a formação continuada dos profissionais da educação torna-se estratégica, uma vez que docentes preparados para dialogar sobre temas de saúde, como vacinação, possuem maior capacidade de mobilizar seus estudantes e suas respectivas famílias, contribuindo para o fortalecimento da confiança social na ciência, nas instituições públicas e nas políticas de saúde. Como afirmam Freire e Shor (2014), educar é, antes de tudo, um ato político, que exige comprometimento com a transformação social, com a justiça e com a defesa da vida.

Portanto, a intersectorialidade entre educação e saúde, aplicada ao campo da imunização, não é uma alternativa, mas uma exigência histórica, social e ética, que se impõe frente aos desafios contemporâneos. Promover a vacinação a partir do espaço escolar significa, acima de tudo, investir na construção de sujeitos críticos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, comprometidos com a promoção do bem coletivo e com a consolidação de uma sociedade mais justa, saudável e solidária.

4 DESINFORMAÇÃO, MOVIMENTOS ANTIVACINA E O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO CRÍTICA

A desinformação no campo da saúde, particularmente no que se refere às vacinas, representa um dos maiores desafios da contemporaneidade, com impactos diretos e profundos sobre a saúde coletiva e sobre as políticas públicas de imunização. O avanço exponencial das tecnologias digitais, associado à precarização dos processos educativos, à desvalorização da ciência e ao enfraquecimento das instituições públicas, tem fomentado a proliferação de notícias falsas, teorias conspiratórias e discursos negacionistas que alimentam os movimentos antivacina em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil (Lopes; Almeida; Santos, 2021; Opas, 2022).

Esses movimentos, que outrora se restringiam a grupos marginais, passaram a ganhar ampla visibilidade e capilaridade social, sobretudo a partir do uso intensivo das redes sociais, que atuam como potentes vetores de desinformação. Segundo pesquisa realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas, 2022), a disseminação de fake news sobre imunização foi responsável, em grande medida, pela redução das coberturas vacinais em vários países da América Latina, sendo o Brasil um dos mais afetados por esse fenômeno.

No contexto brasileiro, essa realidade é agravada por fatores estruturais, como o déficit educacional histórico, a fragilidade das políticas públicas de comunicação científica, a desconfiança nas instituições e o crescimento de discursos de extrema direita, que instrumentalizam a desinformação como estratégia política, impactando diretamente na adesão da população às campanhas de vacinação (Domingues et al., 2022). Trata-se, portanto, de um fenômeno complexo, multifacetado e de natureza sociopolítica, que exige respostas interdisciplinares, intersetoriais e profundamente comprometidas com a defesa da vida e dos direitos humanos.

Diante desse cenário, a escola pública emerge como um espaço estratégico, não apenas para a difusão de informações científicas qualificadas, mas, sobretudo, para a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de exercer uma leitura reflexiva, ética e contextualizada da realidade. Como defende Freire (2014), educar é, antes de tudo, um ato político, e a prática pedagógica libertadora se fundamenta na capacidade de problematizar o mundo, questionar os discursos hegemônicos e construir coletivamente conhecimentos que tenham sentido e relevância social.

Nesse sentido, a atuação da escola no enfrentamento da desinformação sobre vacinação não pode se limitar à transmissão de conteúdos informativos. É necessário que a prática pedagógica esteja alicerçada em metodologias que fomentem a investigação, o debate, o diálogo e a reflexão crítica, permitindo aos estudantes compreenderem os processos sociais, econômicos, históricos e culturais que estão na base da produção e circulação de informações — sejam elas verdadeiras ou falsas (Freire; Shor, 2014; Schraiber; Mendes-Gonçalves, 2020).

Além disso, é fundamental que a formação crítica inclua a compreensão dos princípios que regem a ciência, seus métodos, seus limites e sua importância para a construção de sociedades saudáveis, democráticas e socialmente justas. O letramento científico, nesse contexto, torna-se uma ferramenta indispensável para que crianças e adolescentes desenvolvam habilidades de análise, comparação, verificação de fontes e tomada de decisão baseada em evidências, o que é absolutamente crucial no combate aos efeitos nefastos da desinformação em saúde (Lopes; Almeida; Santos, 2021).

A escola, portanto, deve ser um espaço de resistência contra o obscurantismo e o negacionismo, promovendo a cultura científica, a valorização do conhecimento, a defesa dos direitos sociais e o fortalecimento da democracia. Para isso, é indispensável que os currículos escolares incluam, de forma transversal, temas relacionados à saúde coletiva, à ciência, à cidadania digital e ao combate às fake news, articulando saberes das áreas de ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e matemática, numa perspectiva interdisciplinar e contextualizada (Brasil, 2018).

Ademais, é necessário reconhecer que o enfrentamento da desinformação não é uma responsabilidade exclusiva da escola, devendo ser compartilhada com outros setores da sociedade, especialmente com os serviços de saúde, com as famílias, com os meios de comunicação e com os gestores públicos. Nesse sentido, a intersectorialidade novamente se apresenta como princípio orientador, exigindo que as ações educativas estejam articuladas a campanhas de vacinação, políticas de comunicação pública e estratégias comunitárias de mobilização social (Campos; Franco, 2022).

Por fim, é importante destacar que a luta contra os movimentos antivacina e a desinformação não se resume à defesa da ciência enquanto instituição técnica, mas deve estar intrinsecamente vinculada à defesa da vida, da dignidade humana, dos direitos sociais e da construção de uma sociedade orientada pelos princípios da solidariedade, da equidade e da justiça social. A escola, nesse processo, cumpre um papel essencial e insubstituível na formação de sujeitos que não apenas compreendem a importância da vacinação, mas que também se reconhecem como agentes de transformação social, comprometidos com a construção de um mundo mais justo, saudável e humanizado.

5 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA CIDADANIA

A concepção contemporânea de escola ultrapassa, de forma contundente, o entendimento tradicional que a reduz a um mero espaço de transmissão de conteúdos acadêmicos. Atualmente, a escola pública brasileira é compreendida como um espaço social, político e cultural de formação integral, onde se articulam processos educativos que abrangem as dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais e, sobretudo, da saúde e da cidadania (Campos; Franco, 2022).

Essa perspectiva está ancorada no entendimento de que a educação é, por essência, um direito social fundamental, indissociável de outros direitos, como o direito à saúde, à alimentação, à segurança e ao bem-estar. Assim, ao se constituir como espaço de promoção da saúde, a escola desempenha um papel estratégico na construção de sociedades mais justas, equitativas e saudáveis, especialmente em territórios marcados por profundas desigualdades sociais e sanitárias, como é o caso de grande parte do Brasil (Brasil, 2021; Schraiber; Mendes-Gonçalves, 2020).

A promoção da saúde no ambiente escolar não pode ser compreendida como uma ação pontual ou acessória, mas, sim, como um eixo estruturante do projeto político-pedagógico (PPP) das instituições de ensino. Nesse sentido, incorporar práticas educativas que fortaleçam a cultura da vacinação, da prevenção, do autocuidado e da corresponsabilidade social é um compromisso ético e político da escola pública, alinhado tanto aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às diretrizes da educação integral (Campos; Franco, 2022).

O Programa Saúde na Escola (PSE), nesse contexto, surge como uma política pública que materializa essa concepção, ao reconhecer a escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações intersetoriais voltadas à promoção da saúde e da cidadania. De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2021), as ações do PSE, quando efetivamente integradas ao cotidiano escolar, potencializam a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a defesa da vida e do bem-estar coletivo.

É fundamental destacar que a promoção da vacinação na escola não se restringe ao ato da imunização em si, mas envolve um conjunto de práticas educativas e formativas que mobilizam conhecimentos científicos, saberes populares, valores éticos e princípios de justiça social. Trata-se de um processo que articula informação, sensibilização, mobilização comunitária e desenvolvimento de competências socioemocionais, contribuindo para a construção de uma cultura de cuidado, solidariedade e responsabilidade social (Domingues et al., 2022).

Para tanto, é imprescindível que as ações de promoção da saúde no ambiente escolar estejam alinhadas aos princípios da equidade, da integralidade e da participação social, contemplando as especificidades culturais, territoriais e socioeconômicas de cada comunidade escolar. Como apontam Schraiber e Mendes-Gonçalves (2020), a efetividade dessas ações depende, fundamentalmente, da capacidade das instituições de ensino e dos serviços de saúde de construir processos colaborativos, horizontais e dialógicos, onde todos os sujeitos — estudantes, famílias, profissionais da educação, trabalhadores da saúde e gestores — sejam reconhecidos como protagonistas.

Ademais, é necessário compreender que a escola, enquanto espaço de promoção da saúde, também é território de produção de subjetividades, de construção de identidades e de fortalecimento da cidadania. Ao desenvolver ações que valorizam a ciência, o cuidado, o diálogo, a empatia e a solidariedade, a escola contribui para a formação de sujeitos capazes de reconhecerem a interdependência entre os indivíduos e a

coletividade, compreendendo que a saúde não é um bem meramente individual, mas um bem comum, cuja preservação depende da responsabilidade compartilhada (Freire; Shor, 2014; Lopes; Almeida; Santos, 2021).

Nesse contexto, a defesa da vacinação como prática de saúde coletiva ganha centralidade, não apenas como estratégia biomédica, mas como expressão concreta dos direitos humanos e da cidadania ativa. A escola, ao assumir o protagonismo na promoção da imunização, contribui para a consolidação de uma cultura de direitos, de democracia e de justiça social, reafirmando seu compromisso com a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente responsáveis.

Portanto, promover a saúde e a cidadania no ambiente escolar significa, acima de tudo, reconhecer a indissociabilidade entre educação, saúde e direitos sociais, assumindo que a construção de uma sociedade mais justa, solidária e saudável começa, necessariamente, na escola pública. Este é um compromisso que deve ser assumido de forma coletiva, intersetorial e permanente, envolvendo todos os atores sociais comprometidos com a defesa da vida e com a construção de um futuro pautado na equidade, na dignidade e na justiça social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste estudo permitiu reafirmar a centralidade da escola pública como espaço estratégico para a promoção da vacinação e para a formação de uma consciência crítica em saúde coletiva no contexto brasileiro contemporâneo. Partiu-se da compreensão de que a queda nas coberturas vacinais observada nos últimos anos não pode ser interpretada apenas como um fenômeno sanitário isolado, mas como resultado de processos sociais complexos, atravessados pela disseminação de desinformação, pela fragilização da confiança nas instituições públicas e pelas desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. Nesse cenário, evidenciou-se que a educação possui um papel decisivo na construção de práticas sociais orientadas pela ciência, pelo cuidado coletivo e pela responsabilidade cidadã.

O objetivo central deste artigo consistiu em discutir a importância da educação básica pública na promoção da vacinação e na formação da consciência em saúde coletiva, analisando as potencialidades da escola enquanto agente de transformação social e de fortalecimento das políticas públicas de imunização. A análise teórica realizada ao longo do trabalho permitiu demonstrar que a articulação entre educação e saúde, mediada por políticas intersetoriais e práticas pedagógicas comprometidas com a formação crítica, constitui um caminho fundamental para enfrentar os desafios impostos pela desinformação e pelos discursos negacionistas que impactam a adesão às campanhas vacinais.

Os resultados da reflexão indicam que a vacinação deve ser compreendida não apenas como uma intervenção biomédica destinada à prevenção de doenças, mas como uma prática social profundamente vinculada à garantia de direitos e à promoção do bem-estar coletivo. Nesse sentido, a escola emerge como um território privilegiado de construção de saberes, de mobilização comunitária e de formação cidadã, capaz de contribuir significativamente para o fortalecimento de uma cultura de cuidado, solidariedade e responsabilidade compartilhada em relação à saúde pública. Ao incorporar em suas práticas educativas debates sobre ciência, prevenção, cidadania e saúde coletiva, a instituição escolar amplia seu papel social e reafirma seu compromisso com a defesa da vida e com a construção de sociedades mais justas e saudáveis.

Outro aspecto evidenciado pelo estudo refere-se à relevância da intersetorialidade como princípio orientador das políticas públicas voltadas à promoção da saúde no ambiente escolar. A cooperação entre escolas, unidades de saúde, gestores públicos e comunidades locais revela-se essencial para a efetivação de ações educativas que superem a lógica fragmentada das políticas sociais. Quando essas instituições atuam de forma articulada, torna-se possível desenvolver estratégias mais abrangentes de sensibilização, informação e mobilização social, favorecendo o fortalecimento da confiança da população nas vacinas e nas instituições responsáveis pela proteção da saúde coletiva.

A análise também reforça a necessidade de fortalecer o papel da escola no enfrentamento da desinformação científica, especialmente em um contexto marcado pela circulação massiva de conteúdos falsos nas plataformas digitais. Nesse sentido, torna-se fundamental investir em práticas pedagógicas que promovam o letramento científico e o pensamento crítico, possibilitando que estudantes compreendam os fundamentos da produção do conhecimento científico e desenvolvam habilidades para analisar informações de forma responsável e fundamentada. A formação de sujeitos capazes de distinguir evidências científicas de discursos desinformativos constitui um passo decisivo para a consolidação de uma sociedade comprometida com a defesa da vida e com a promoção da saúde coletiva.

Retomando a hipótese que orientou este estudo — a de que a escola pode desempenhar um papel relevante na promoção da vacinação e na construção de uma consciência social voltada à saúde pública —, as reflexões apresentadas indicam que essa premissa se confirma quando a instituição escolar assume uma postura ativa na articulação entre conhecimento científico, formação cidadã e mobilização comunitária. A escola, nesse sentido, não atua apenas como espaço de transmissão de informações, mas como ambiente formativo capaz de estimular o pensamento crítico, o compromisso social e a valorização da ciência enquanto instrumento de transformação da realidade.

Entre as contribuições deste estudo, destaca-se o reconhecimento da educação como componente essencial das estratégias de promoção da vacinação, evidenciando que políticas públicas de saúde tornam-se mais eficazes quando articuladas a processos educativos capazes de dialogar com as realidades sociais e culturais das comunidades. Ao evidenciar essa relação entre educação e saúde coletiva, o artigo reforça a

importância de ampliar o investimento em políticas intersetoriais que fortaleçam a atuação das escolas como espaços de promoção da cidadania, do cuidado e da prevenção.

Por fim, reconhece-se que o presente trabalho, por se tratar de uma análise teórica, possui limitações inerentes ao seu método de investigação. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a temática por meio de estudos empíricos realizados em contextos escolares específicos, analisando experiências concretas de promoção da vacinação no ambiente educacional e investigando os impactos dessas ações sobre a percepção de estudantes, famílias e profissionais da educação. Investigações que articulem dados educacionais, epidemiológicos e socioculturais também podem contribuir para ampliar a compreensão sobre os desafios e as potencialidades da escola na promoção da saúde coletiva.

Diante do exposto, conclui-se que fortalecer a cultura vacinal no Brasil exige mais do que campanhas pontuais de imunização. Trata-se de um desafio que demanda processos educativos contínuos, comprometidos com a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e responsabilidades sociais. Nesse percurso, a escola pública ocupa um lugar central, não apenas como espaço de aprendizagem formal, mas como território de construção de cidadania, de defesa da ciência e de promoção da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola: políticas de integração entre educação e saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações: 50 anos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; FRANCO, Tulio Batista. **Saúde coletiva: teoria e prática**. São Paulo: Hucitec, 2022.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos et al. **Vacinação no Brasil: avanços, desafios e perspectivas**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 423-435, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 52. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LOPES, Fernanda; ALMEIDA, Cátia; SANTOS, José. **Desinformação e movimentos antivacina: desafios para a saúde pública contemporânea.** *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 55, n. 96, 2021.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **A desinformação sobre vacinas e seus impactos na saúde pública nas Américas.** Washington, DC: OPAS, 2022.

SCHRAIBER, Lilia Blima; MENDES-GONÇALVES, Ricardo Bruno. **Saúde coletiva: teoria e prática.** São Paulo: Hucitec, 2020.